REQUERIMENTO Nº /2015 - CDR

Requeremos, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade apurar as causas para as diferenças tão acentuadas no desempenho entre escolas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a partir da média das notas apuradas nas provas objetivas e de redação, se compararmos os estados e regiões do País.

Sugerimos sejam convidados para integral o rol dos oradores: o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, **José Francisco Soares**; o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), **Antonio Idilvan de Lima Alencar**; a Diretora Executiva do Movimento Todos pela Educação, **Priscila Cruz**; e, o Economista e Colunista da **VEJA**, Cláudio de Moura Castro.

JUSTIFICATIVA

Ainda que escolas fora do eixo sudeste tenham se destacado no desempenho na edição de 2014 do ENEM, conforme os dados apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as médias nacionais apontam, ainda, para uma diferença abissal entre estados, regiões e, sobretudo, entre escolas públicas e privadas.

Conforme se infere do ranking das vinte escolas com melhor desempenho, a partir das maiores médias, adotando a mesma metodologia usada pelo MEC para comparar o desempenho das instituições de ensino superior, somente uma escola Federal integra o rol, na última posição.

O cenário nacional continua inalterado, isto é, *“29 das 100 melhores escolas do País são de SP; Sudeste, porém, perde espaço”*, é como estampa a manchete de **O Estado de S. Paulo**, de 6 de agosto de 2015. Ressalta a reportagem, entretanto, que todas são escolas privadas e com predomínio de unidades com poucos alunos.

Lê-se na matéria supramencionada: *“(…) Na média, as escolas privadas de São Paulo tiveram um crescimento de 2,86 pontos entre 2013 e 2014, alcançando a média de 566,34. Na rede privada em todo o Brasil, esse incremento foi de 4,30 pontos – mas a média é menor, de 557,98. O conjunto das escolas privadas paulistas ficou na 5ª posição entre todos os Estados, perdendo um lugar (para o Distrito Federal) em relação a 2013. As escolas privadas de Minas lideram. (…)”*.

Ainda: *“(…) Apesar da boa posição das escolas paulistas, a Região Sudeste perdeu espaço na lista das melhores médias. No ano passado, eram 77 escolas da região entre as 100 melhores. Neste ano, são 70. Escolas das Regiões Centro-Oeste e Nordeste avançam, sobretudo com colégios de poucos alunos. O Nordeste tem 20 escolas entre as melhores. Em 2014, eram 18. A região Centro-Oeste passou de três para seis unidades. (…)”*. Nada significativo, como se pode deduzir.

E finaliza: “(...) *No País, as primeiras posições são de escolas de nível socioeconômico alto ou muito alto, segundo os parâmetros do Inep – exceto aquelas cujas informações estão incompletas. (...)*”

Em outras palavras, escolas particulares com poucos estudantes, de mensalidades altas, de famílias com grande poder aquisitivo, conseguem elevar a média e subir no ranking. E, por outro lado, demonstra que o Estado, na gestão da escola pública, em seu dever-poder, constitucionalmente insculpido, tem fracassado no seu mister de ensinar e transmitir conhecimento.

Prova disso, também aferido pelo estudo/pesquisa do Inep, reside no fato de que a melhor escola pública de São Paulo, estado mais rico da nação, está na 457ª posição entre as públicas do País.

O Rio Grande do Sul, estado onde a educação sempre se mostrou preponderante na sua comparação com outras Unidades da Federação, figura com um colégio entre os top 100, na 38ª posição nacional (Colégio Politécnico de Santa Maria), com a sexta melhor média entre as escolas, públicas e privadas, participantes do Enem. Uma sensível e preocupante queda a demonstrar que a educação, no País, vem tendo uma decaída sistemática e permanente.

Sem considerar outros fatores para a apuração dos resultados obtidos no estudo/pesquisa do Inep, considerando tão somente as posições ocupadas por escolas públicas e privadas, bem como o desempenho entre as regiões, visualiza-se, facilmente, uma discrepância assustadora entre os ensinof oferecidos.

Das 15.640 escolas participantes do Enem, considerando um mínimo de dez alunos participantes, com taxa de participação igual ou superior a 50% e que não zeraram nenhuma das provas, a primeira escola pública a figurar na lista de melhor desempenho é a do Colégio Pedro II (Centro), na 133ª posição, com média de 655,1. E ainda que se possa sustentar que a distância entre a escola pública e a privada tenha diminuído, ainda é muito grande.

No Enem 2014, só noventa e três escolas públicas entraram na lista das mil com as melhores notas. Isso representa menos de 10% do total. Apesar disso, esse número constitui um avanço em relação à edição anterior, quando só setenta e oito escolas públicas (7,8% do total), constaram da lista das mil escolas com melhores notas em 2013. (<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/08/resultado-do-enem-2014-por-escola-e-divulgado-pelo-inep-veja-lista.html>)

Para o Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, o contexto social dos estudantes é o fator de maior influência para o desempenho. Afirma: “*Pela simples loteria da condição social da criança e do adolescente, ela pode perder um terço da nota*”. (Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2015, B1)

Em matéria no mesmo periódico, lê-se que: “*os últimos dados do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), por exemplo, apontam que o ensino médio não tem melhorado*”.

Ademais, diante das artimanhas utilizadas pelas escolas em busca de uma melhor classificação, como: múltiplos endereços registrando estudantes com desempenhos diferenciados dentro da mesma escola; colégios com poucos alunos, especialmente selecionados para aumentar o desempenho e, por conseguinte, a classificação; a cooptação de estudantes de outras escolas com alto grau de aproveitamento escolar; entre outras, não é de se tomar o Enem, por si só, suficiente para oferecer um diagnóstico fidedigno da educação ou mesmo do desempenho dos estudantes, sejam eles do ensino público, sejam do ensino particular.

A **Folha de S. Paulo**, de 6 de agosto de 2015, Caderno “**cotidiano B3**, estampa a manchete: “*Escolas com alunos ‘importados’ ficam no topo do Enem*”, com o seguinte subtítulo “*Em metade dos dez colégios líderes de ranking, maioria dos alunos fez 1º ou 2º ano do ensino médio em outras unidades*”. E mais, de seu conteúdo extraímos a seguinte sentença medular: “*A informação põe em questão até que ponto uma escola vai bem no Enem porque dá boa formação aos alunos ao longo dos anos ou porque atrai bons alunos, formados em outros colégios, na reta final do ensino médio*”.

É de se questionar se os métodos, modelos e instrumentos de aferição utilizados não servem para mascarar - com subsídios torpes e distorcidos e, portanto, apartados da realidade nacional - os reais problemas da educação no Brasil.

Certo, mesmo, é que o País carece de políticas públicas para a educação de longa data, ainda que todos os governos tenham-na elencado como prioridade.

Abaixo a média dos vinte e sete Estados com as melhores médias nas provas objetivas do Enem:

Posição	Estado	Média	Nº/Escolas
1	São Paulo	540,18	3.176
2	Distrito Federal	538,31	183
3	Rio de Janeiro	532,12	1.323
4	Minas Gerais	526,63	1.826
5	Rio Grande do Sul	518,92	1.129
6	Paraná	518,28	957
7	Santa Catarina	517,78	648
8	Bahia	517,28	642
9	Espírito Santo	509,80	398
10	Goiás	507,34	604
11	Pernambuco	506,75	620
12	Mato Grosso do Sul	506,71	282
13	Pará	500,59	351
14	Rio Grande do Norte	500,52	270
15	Alagoas	499,42	190
16	Mato Grosso	498,14	298
17	Sergipe	495,82	203
18	Piauí	495,52	326
19	Paraíba	493,77	375
20	Rondônia	493,07	166
21	Ceará	492,89	829
22	Amazonas	487,46	162
23	Roraima	485,78	41
24	Maranhão	484,67	330
25	Acre	479,93	68
26	Tocantins	479,60	178
27	Amapá	473,91	65

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Enem/2014.

Na planilha acima, consideramos o desempenho de todas as escolas, por Estado, nas provas objetivas, visto que a prova de redação, ainda que de relevância para o cômputo final, concentra grau de subjetividade que decorre dos diferentes pontos de vista dos avaliadores.

Se adicionarmos às informações extraídas do conjunto de indicadores presentes no resultado geral obtido pelo Enem/2014, a posição do Brasil no ranking mundial de qualidade de educação, divulgado em maio deste ano pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que aponta o País na 60ª posição em uma lista com setenta e seis países, a situação é alarmante.

Observe-se, a exemplo do Enem, que a OCDE colheu os resultados a partir de testes de matemática e ciências aplicadas, além de resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), cuja aplicação no Brasil coube ao próprio INEP.

A principal finalidade desse programa é produzir indicadores dos sistemas educacionais, avaliando estudantes que estão concluindo a escolaridade básica obrigatória em seus respectivos países.

Registre-se que os países que ocupam o topo da lista são os asiáticos, como Cingapura, seguido de Hong Kong e Coréia do Sul, justamente os países com maiores índices de desenvolvimento nas cinco últimas décadas.

Segundo o Diretor Educacional da OCDE, Andreas Schleicher, *“A ideia é dar a mais países, ricos e pobres, a possibilidade de comparar a si mesmos com os líderes mundiais em educação para descobrir seus pontos fracos e fortes e ver os ganhos econômicos a longo prazo gerados pela melhoria da qualidade da educação”*.

Se nos parece emblemática e cabal a ideia exposta pela OCDE e, com isso, a indissociabilidade do binômio educação-desenvolvimento.

Não obstante, criado desde 1998, com o objetivo de melhor avaliar o desempenho dos estudantes brasileiros ao término da educação básica, nos perguntamos: O Enem tem servido para a implementação de políticas públicas efetivas que promovam a melhoria da educação e o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades regionais? – Ou serve tão somente como instrumento para a seleção de estudantes para o ingresso no ensino superior com vagas por Instituições Federais de Ensino Superior ou ao ProUni.

Quais são as medidas que estão sendo adotadas para mudar a triste realidade nacional, que faz do Brasil um dos países com piores índices no mundo em educação, com um dos maiores desníveis regionais, mas que aspira estar próximo a se constituir um país desenvolvido? – Se Cingapura, Hong Kong e Coréia do Sul registravam altos índices de analfabetismo e atraso econômico nos anos 60 e 70 e, hoje são os países com os melhores índices em educação e desenvolvimento, porque o Brasil não consegue igual desempenho? O que lá foi feito? O que deixou aqui de ser realizado?

São tantas as indagações que carecem de respostas. São tantas as dúvidas e incertezas. São tantas as frustrações e os percalços enfrentados por professores e estudantes que se impõe a esta Casa, com esforço conjuntos da **CDE** e da **CE**, buscar lançar alguma luz na escura e vazia realidade de nosso País quando o assunto é educação.

Esperamos, assim, aprovação para o presente requerimento de Audiência Pública nesta Comissão e, concomitantemente, que prospere a sugestão junto à Comissão de Educação.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
DEMOCRATAS/AP